

Proposta da Fiocruz de revisão do sistema de avaliação da pós-graduação brasileira

I. INTRODUÇÃO

A presente Introdução procura estabelecer a visão política e conceitual que fornece as bases da proposição da Fiocruz para a revisão do processo de avaliação da pós-graduação, coordenado pela CAPES há décadas sem atualizações significativas. O texto parte do pressuposto do esgotamento do modelo atual, cuja necessidade de reformulação vem sendo vocalizada pela própria CAPES e por diferentes associações científicas e universitárias. Entretanto, considera que as diferentes propostas em debate, embora revelando algumas convergências, não são equivalentes em sua visão de sociedade e do papel da pós-graduação e tampouco serão equivalentes quanto aos resultados de cada modelo de avaliação proposto. Para subsidiar a discussão e introduzir a visão da Fiocruz nesse debate, considera-se necessário identificar inicialmente os objetivos que se pretende para a formação na pós-graduação no contexto futuro do país, em seguida discutir os por quês do esgotamento do sistema e como se relaciona com os objetivos vislumbrados, para então se enunciar a posição da Fiocruz sobre os valores que devem orientar a proposta de revisão da avaliação. A partir dessa base, são apresentadas nas seções seguintes a proposta da Fiocruz para uma metodologia de avaliação e de indicadores a serem empregados, que foram formulados em torno de uma posição político-conceitual unificada e que dá coerência à proposta operacional para um novo modelo de avaliação.

1. Os objetivos da PG

Aparentemente, não há muita controvérsia sobre os objetivos que a pós-graduação no Brasil tem procurado cumprir, não sendo diferentes daqueles que orientam os programas em outros países, sobretudo os países desenvolvidos, nos quais se espelharam a formação e a organização da pós-graduação brasileira.

Na página eletrônica da CAPES, são enunciados três objetivos para o *Sistema Nacional de Pós-Graduação*¹:

- “Formação pós-graduada de docentes para todos os níveis de ensino;
- Formação de recursos humanos qualificados para o mercado não-acadêmico;
- Fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação.”

Portanto, observam-se duas diferentes funções: a formação de pessoal e o fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação no país. E dois diferentes destinos para o pessoal formado: “todos os níveis” de ensino e o “mercado (sic)” não-acadêmico.

¹ <http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>, publicado em 17 de julho de 2018.

Para efeito desta discussão, é importante destacar a dupla função da pós-graduação: de produção de conhecimento pela pesquisa e de formação de pessoal com elevada qualificação, visando tanto a renovação dos quadros de pesquisadores das instituições de ensino e pesquisa, quanto a atuação em outras organizações. Aqui, é relevante ressaltar a impropriedade de englobar o universo de possibilidades de atuação do pós-graduado na expressão “mercado não-acadêmico”, que oculta outras formas de atuação para além da indústria e do mundo empresarial, como em organizações governamentais, em organizações não governamentais, em assessoria a diferentes movimentos sociais ou de forma autônoma.

Essa dupla função, necessária, dado que a pesquisa fora do mundo acadêmico no Brasil ainda é incipiente, tem provocado certa tensão no processo avaliativo da PG, entre a valoração da produção de conhecimento e da formação de pessoal qualificado. Certamente, a avaliação dos programas de PG vem privilegiando a primeira dimensão – a pesquisa – em detrimento do papel de formação da PG, dada a excessiva valorização da produção de artigos no processo avaliativo. Nesse contexto, caberia indagar se avaliar a contribuição do programa de PG para a produção do conhecimento qualificado, vinculada ao objetivo de fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação, equivaleria à avaliação da qualidade da formação de pessoal pelo programa, atendendo com efetividade sua missão final. A avaliação que privilegia a dimensão da produção de conhecimento informaria sobre a efetividade do programa no seu propósito de complementar a formação de profissionais qualificados para o avanço do pensamento científico crítico, do desenvolvimento e da docência no país? Os mecanismos de avaliação são capazes de captar como a experiência discente em uma PG contribuiu para a formação do profissional e o impacto desta modificação para a sociedade? Tal como existe hoje, essa avaliação não estaria servindo mais para o propósito de avaliar um somatório de pesquisadores – ou de grupos de pesquisa – do que a ação de um coletivo organizado em torno de um programa de PG? Há uma simetria entre publicar – em muita quantidade, em veículos qualificados e com alto número de citações - e formar bem um pós-graduando envolvido nessa produção?

De certa forma, a tensão entre avaliar a formação de mestres e doutores e a produção intelectual dos programas é fruto do papel que a PG historicamente assumiu no Brasil, sobretudo após o período em que se incrementou significativamente a produção de artigos, como selo de qualidade de cursos e pesquisadores (não se deve negligenciar aqui o efeito indutor exercido pelo processo de atribuição de bolsas de produtividade pelo CNPq): a presença do aluno de PG vem sendo a maneira mais eficaz de expandir e também qualificar a força de trabalho dos pesquisadores, no seu processo de produção científica.

Portanto, defendemos como necessário problematizar que, embora os objetivos da pós-graduação sejam relativamente óbvios e consensuais, nuances nessa definição situam esses objetivos longe da neutralidade. A definição de a quem se destina a pós-graduação, a que segmento da sociedade visa atender com os mestres e doutores formados pelo

sistema, para que projeto de país essa formação – e a produção de ciência associada – visa contribuir, são alguns dos desdobramentos da definição de objetivos que, certamente, têm implicações para o processo avaliativo.

2. Por que o modelo atual de avaliação demanda revisão

Existe uma sensação bastante generalizada em vários setores acadêmicos do Brasil de que o modelo de avaliação da pós-graduação apresenta fortes limitações e requer uma revisão, mais ou menos profunda dependendo de quem a discute. Isto vem se expressando fortemente nos últimos meses, sobretudo a partir do chamamento, pela Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação, para apresentação de propostas sobre o modelo de avaliação do *stricto sensu*, em novembro de 2017.

As respostas a essa convocação mostram certa convergência quanto à necessidade de mudanças no modelo, algumas delas bastante estruturais, mas ao mesmo tempo revelam diferentes direções para essas mudanças. Embora nem sempre explicitado nas propostas, cada uma delas reflete, ao mesmo tempo, uma noção dos propósitos do processo avaliativo, uma noção dos objetivos da PG no país e até mesmo uma visão ideológica. Por exemplo, propostas que procuram aproximar de forma exacerbada a PG com o mercado sinalizam que não será sobre uma base consensual que se formulará um novo sistema de PG, ou de sua avaliação, para o país.

Logo, cabe indagar quais são as fissuras no atual sistema de avaliação que o estão esgotando e, sobretudo, sobre qual concepção da pós-graduação uma proposta de revisão deveria se assentar. Nossa posição é de que a concepção da pós-graduação, e do futuro do país para o qual essa concepção visa contribuir, determina o modelo de avaliação e são, desse modo, eventos indissociáveis.

A SBPC identifica “a sensação de uma parte importante da comunidade [de] que o modelo atual de avaliação parece ter se exaurido”. Aponta, como as principais críticas ao modelo atual: a) a sua visão “demasiadamente quantitativa”; b) a hegemonia de indicadores “provindos das áreas de ciências duras”, o que resulta na perda das especificidades de cada disciplina; c) a grande heterogeneidade de critérios, sobretudo as classificações do Qualis; d) o baixo apoio e insuficiente capacidade de avaliação de iniciativas interdisciplinares; e) a dificuldade em avaliar a relevância social dos programas.²

Em expressões anteriores da VPEIC/Fiocruz³ foi constatado que “tem sido frequente a manifestação de inconformidade com o formato atual da avaliação” e que “a permanência dos critérios atuais no sistema de avaliação na CAPES decorre, pelo menos parcialmente,

² Netto, Carlos Alexandre. Princípios para um novo modelo de avaliação da pós-graduação. *Cienc. Cult.* vol.70 no.3, p. 47-51. 2018.

³ *Proposta da Fiocruz para revisão dos critérios de avaliação do Sistema de Pós-graduação pela CAPES* (2018)

da ausência de novos critérios representativos e aceitos para utilização em adição ou substituição aos critérios atualmente em uso”. Uma das limitações do atual modelo seria a forte indução que exerce na “forma de fazer ciência no país, caracterizada especialmente pela pressão por publicar e obter recursos para pesquisa”, especialmente devido ao modelo de avaliação ser “excessivamente concentrado no número de artigos publicados em revistas de alto impacto”, deixando de “valorizar qualidades tão caras à ciência como a inovação e a criatividade”. A avaliação induziria, portanto, a publicar, não importando se “é mais do mesmo”. O referido documento assinala que os elementos menos considerados atualmente são “equidade e inclusão, inserção social e inovação”, além da “pouca valorização sobre o destino dos egressos”. De forma muito contundente, expressa ainda que “a avaliação de publicações científicas, sem um peso expressivo na participação discente e sem avaliar a contribuição para a maturidade científica dos egressos, se constitui numa avaliação de um grupo de pesquisa, mas não necessariamente de um curso de pós-graduação”.

Para ilustrar os perigos da obsessão pelo produtivismo, o prof. Trevor Bailey, ironizando o antigo dilema *publish or perish*, relata que quando escreveu seu livro, um *best-seller* em análise espacial em epidemiologia, nos anos 1990, em um projeto de longo prazo, não foi desencorajado a fazê-lo. Mas que seria hoje questionado por empregar seu tempo escrevendo o livro, que não seria considerado pesquisa original em nenhuma avaliação, ou seja, não seria de forma alguma valorizado⁴.

Uma discussão chave refere-se ao objetivo atribuído à avaliação. Até o momento, prevalece a percepção da avaliação da PG como um processo que estabelece rankings em cada área, concedendo “selos de qualidade” aos programas, e que se utiliza desse ranking para, entre outros objetivos, estruturar o fomento aos programas, sobretudo o auxílio financeiro. Os que têm melhor conceito recebem (como prêmio?) mais recursos. Rankings e fomento não nos parecem ser, necessariamente, os únicos ou os principais objetivos e usos da avaliação. Se, por outro lado, a avaliação visasse mapear “necessidades”, o movimento seria distinto e ela deveria estar finamente sintonizada com uma visão geral e de longo prazo da pós-graduação brasileira, na linha do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), que identificaria áreas prioritárias, vocações regionais e formas de incentivo baseado na obtenção de resultados sociais em resposta às necessidades identificadas.

Um objetivo fundamental da avaliação, frequentemente pouco valorizado, seria a indução de práticas aos programas, referentes às expectativas quanto à sua organização e funcionamento. É evidente que a avaliação tem influenciado fortemente o funcionamento dos programas em vários de seus aspectos, desde o credenciamento de orientadores até a seleção de alunos, passando pela organização curricular, o estabelecimento de prazos para

⁴ Carvalho Marília Sá. On bringing people together and other matters. Interview with Professor Trevor Bailey. Cad. Saúde Pública [Internet]. 2017 [cited 2018 Oct 10]; 33(3): e00027217. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017000307501&lng=en. Epub Mar 01, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00027117>.

conclusão, a definição de veículos para a publicação dos produtos, entre outros. Mas se percebe que essa indução não vem se dando no melhor sentido, tendo sido muito pautada pelo alcance de indicadores quantitativos para a escalada no ranking das áreas. Não seria o caso de induzir com outros propósitos, no sentido de pensar a contribuição da PG para o desenvolvimento brasileiro, com base em valores? Evidentemente, se tal propósito é assumido, isto traz reflexos nos critérios avaliativos.

Um objetivo que não é cumprido pelo atual modelo de avaliação é o monitoramento da evolução do conjunto da PG brasileira e de cada uma de suas áreas. O atual enrijecimento da distribuição de conceitos entre as áreas, com um baixo número de cursos nos conceitos máximos⁵, além de criar competição interna, muitas vezes fratricida, impede avaliar ao longo do tempo como vem melhorando (ou piorando) o desempenho da pós-graduação no país. Maior flexibilidade na atribuição dos conceitos poderia favorecer a visão de mais longo alcance dos resultados da própria política de pós-graduação adotada.

Em síntese, aparentemente a comunidade da pós-graduação no país e as entidades acadêmicas e governamentais convergem no sentido da concordância quanto às limitações e debilidades do atual modelo de avaliação. No entanto, as razões para esse sentimento não são necessariamente iguais. E, mais ainda, entre a constatação dos problemas da avaliação e um consenso sobre como modificá-la pode existir uma distância ainda maior, pois um novo modelo de avaliação poderá provocar reacomodações nos “níveis de prestígio” dos cursos, o que pode sempre levar a disputas entre áreas de conhecimento, entre a natureza das instituições (universidades públicas, universidades privadas, institutos de pesquisa) e entre grupos de pesquisadores.

3. A posição da Fiocruz sobre os valores que deveriam orientar o sistema de avaliação

Em sua página eletrônica, a Capes anuncia como objetivos da avaliação da PG⁶:

- “Certificação da qualidade da pós-graduação Brasileira (referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa);
- Identificação de assimetrias regionais e de áreas estratégicas do conhecimento no SNPG para orientar ações de indução na criação e expansão de programas de pós-graduação no território nacional.”

É necessário complementá-los no sentido de sinalizar a contribuição, para o país, que o processo avaliativo procura induzir na formação pós-graduada, ultrapassando assim o ranqueamento dos programas e a identificação de assimetrias regionais e de áreas

⁵ Mesmo que se tenha disseminado mais recentemente um discurso de abandono dessa rigidez, isto não se expressa na atual distribuição dos conceitos, ainda prevalecendo uma espécie de distribuição normal de conceitos em dada área de avaliação e a perversidade de alçar um programa aos níveis 6 e 7 corresponder a desalojar um “programa rival” desses níveis.

⁶ <http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>

estratégicas. Além disso, é preciso apontar que a avaliação tem, por um de seus propósitos, orientar a política de pós-graduação.

A Fiocruz entende que a avaliação deveria ser um instrumento para o aprimoramento da política de pós-graduação, apontando as contribuições para o país que esta potencialmente pode trazer. Nesse sentido, deveria ser uma avaliação “baseada em valores” e não somente uma avaliação “voltada para a excelência”, e que assume ser o conceito de “excelência” como dado, objetivo e até neutro. A título de exemplos, algumas das propostas em debate, que não são “neutras” em sua formulação ou em seus resultados, e que seriam influenciadas por esta tomada de posição política, incluem:

- A ideia de que os programas se enquadram em campos científicos com naturezas muito diferentes e de que este enquadramento influencia critérios para a avaliação é indiscutível. Porém, a forma de enquadramento é passível de discussão. A proposta de formação de “grupos vocacionais” - categorizados em *pesquisa fundamental*, *pesquisa básica estratégica*, *pesquisa aplicada na área social* e *pesquisa aplicada tecnológica* –, certamente não é a única forma de organizar as áreas, não é politicamente neutra, não necessariamente atende o recorte que melhor atende à área de saúde e não explicita com base em que valores é concebida.
- O estímulo à valorização da interdisciplinaridade, por parte de algumas propostas, absolutamente essencial para a boa formação de pós-graduandos, é muito pobremente traduzido em critérios e indicadores. Maior clareza sobre o conceito e sua função, como valor, contribuiria para maior clareza sobre como considerá-lo na avaliação.
- O discurso recorrente de valorização da “inovação” requer mais reflexão e desenvolvimento, escapando de uma visão estreita de definir inovação como sinônimo de patentes, e incorporando outras dimensões, como as contribuições para as políticas públicas.
- O quesito de “inserção social”, presente no atual formulário de avaliação e que muito acertadamente o FOPROP propõe alterar para “impacto social”, também requer clara conceituação e formas de aferição.
- O inconformismo com a atual estrutura do Qualis e com a enorme dispersão de classificação dos periódicos encontra propostas de ajustes bastante diferentes, desde a extinção do sistema, até a criação de um sistema único ou a criação de uma classificação por área. A proposta emergente produzirá induções que também não serão neutras em seus resultados e requerem análise cuidadosa e cautelosa.
- Nas propostas, tem sido observada uma confirmação dos atuais cinco quesitos de avaliação (Proposta do Programa, Corpo docente, Corpo discente, Produção intelectual e Inserção social), com algumas sugestões mais pontuais de aprimoramento. Talvez a discussão mais central aqui, além da verificação de se os quesitos respondem ao novo modelo de avaliação, é a valorização relativa de cada um deles no contexto da avaliação dos programas. Por exemplo, caso a avaliação passe a valorizar mais a formação de pós-graduandos que a produção

de conhecimento, isto teria um efeito no rebalanceamento entre os quesitos de avaliação.

Uma discussão necessária sobre o que deveria orientar a pós-graduação refere-se aos valores que a Fiocruz defende para a missão da PG, a partir do lugar de instituição governamental de saúde pública, que defende o fortalecimento do Estado para o cumprimento de suas funções na área de saúde e uma ação engajada dos profissionais em torno de um sistema de saúde que seja público, de qualidade e que promova equidade. Tal tomada de posição, além de ser central para orientar a visão para a avaliação da PG, é absolutamente necessária no atual momento político do país, de dismantelamento das instituições, de retirada e violação de direitos e de falta de clareza quanto às possibilidades e aos esforços, que se esperam exitosos, para a retomada de um projeto de desenvolvimento igualitário para o país, com respeito aos direitos humanos. Podem-se enunciar vários desses valores com potencial de orientar um modelo de avaliação para a PG^{7,8}. Em outras palavras, são valores que podem ser assumidos como a lente teórico-analítica através da qual se vislumbra a organização da PG brasileira. E, evidentemente, através da qual se deveria organizar a sua avaliação.

Em uma primeira abordagem, podem-se situar os valores para a pós-graduação no país em duas dimensões centrais: o desenvolvimento, ou seja, para qual padrão de desenvolvimento se pretende contribuir; e educação, afirmando-se o propósito de formação do pós-graduado para atuar na sociedade:

- A categoria "desenvolvimento" vem cumprindo o papel, por seis décadas, de legitimar, no Norte e no Sul, inúmeras políticas econômicas e sociais, com a narrativa de promoção do bem-estar para todos. Todavia, o conceito de desenvolvimento não pode ser reduzido à sua dimensão material: ao lado da riqueza ou da renda, deve-se considerar também a saúde, a educação, a felicidade como inerentes ao desenvolvimento humano. Somos, portanto, defensores do desenvolvimento, como sendo um processo social de transformação da vida das pessoas, sobre o que elas pensam, como desempenham seu papel na sociedade, como se relacionam uns com os outros e como fazem suas escolhas. Ou seja, há

⁷ Machado, **CJS**, em *Contribuição para uma possível discussão sobre os valores norteadores do trabalho de elaboração de indicadores de qualidade na avaliação dos Programas de Pós-Graduação da Fiocruz*, enumera os seguintes, a partir da visão da área ambiental: engajamento e responsabilidade social; recusa da neutralidade axiológica; atitude reflexiva e crítica na vida em sociedade; cultura transestêmica para a leitura do mundo transnacionalizado; política como a capacidade de uma sociedade de assumir o seu destino, de inventar uma ordem justa e de se colocar sob o imperativo do bem comum; bem comum a ser preservado; democracia como possibilidade do pluralismo e do direito das minorias; democracia participativa social, política e científica; proteção dos direitos humanos; ampliação da participação do Estado na esfera pública; respeito à pluralidade; intersectorialidade no financiamento da pesquisa e formação de recursos humanos; ampliação do campo de direitos e estreitamento do espaço de privilégios e desigualdades; economia solidária e cooperativa; ética ambiental; princípio de precaução na avaliação e/ou seleção tecnológica.

⁸ O documento *Proposta da Fiocruz para revisão dos critérios de avaliação do Sistema de Pós-graduação pela CAPES* (VPEIC, 2018) destaca valores como Contribuições advindas da inovação; Impacto das atividades e produtos do PPG sobre o campo da saúde; Redução das desigualdades (incluindo as regionais) e aumento da equidade.

um envolvimento cidadão na problematização da noção tradicional de desenvolvimento baseada no crescimento econômico, na industrialização e no uso intensivo da tecnologia. Se um objetivo central da pós-graduação é produzir ciência, cabe alinhar a política que apoia a produção dessa ciência com a visão de desenvolvimento que se pretende para o país, enfatizando aspectos como beneficiários dessa produção, o tipo de autonomia científica que se vislumbra para o país, a forma de divulgação a ser incentivada, a transferência dessa produção para além dos muros acadêmicos, entre outros. Em cada época histórica, se o ser humano abandonar o pensamento, ou a capacidade de pensar por conta própria, ele é ameaçado ao não ser mais capaz de distinguir entre verdade e mentira. A educação é, pois, a prática social pela qual assumimos responsabilidades com o mundo e com as novas gerações, compartilhando valores que rompam com um passado estreito e individualista, abrindo-se aos problemas gerais da humanidade e descobrindo um sentido global na vida sócio-política. Trata-se de formar cidadãos para viver os grandes valores democráticos que englobam as liberdades civis, sociais, ambientais e de solidariedade planetária, valores opostos aos do neoliberalismo. Tal concepção traz implicações para a própria orientação pedagógica e da postura do professor como educador, estabelecendo diálogos argumentativos com seus alunos.

A Fiocruz, comprometida com todo o arcabouço teórico que emoldura a concepção ampliada da saúde, caudatária das noções de interdisciplinaridade, intersetorialidade e determinação social da saúde, tem o papel de traduzir tal arcabouço para sua concepção de pós-graduação e a forma como é avaliada. Uma visão funcionalista desse processo contradiz uma visão ampliada e holística de saúde.

II. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O modelo de avaliação vigente apoia-se em um critério de avaliação que engloba cinco quesitos para análise dos Programas: 1) Proposta do Programa, 2) Corpo docente, 3) Corpo discente, 4) Produção intelectual e 5) Inserção social. Os quesitos contêm um conjunto de itens e indicadores definidos por cada área.

Considera-se que os quesitos são bastante abrangentes, mas que é possível aprimorar o modelo de avaliação no sentido de favorecer uma análise mais qualitativa dos Programas. Por exemplo, buscamos incluir na avaliação do quesito “Inserção Social”, induções do Programa a atividades consideradas centrais, por meio de editais ou outros meios, ao invés de serem exclusivamente baseadas em ações individuais de docentes e discentes.

Nesse sentido, propõe-se que a avaliação seja composta por três momentos: 1) quantitativo, com indicadores extraídos dos quesitos 2 a 5 (Corpo Docente, Corpo Discente, Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação (indicadores revistos e novos); 2) auto avaliação, com solicitações e critérios estabelecidos; 3) qualitativo, a partir do quesito 1 - Proposta do Programa, com orientações mais específicas para preenchimento.

Entende-se que as ênfases dadas pela auto-avaliação (fase 2) devem iluminar a compreensão dos resultados do programa na fase qualitativa da análise (fase 3).

Além disso, sugerimos que as etapas qualitativas da avaliação sejam pontuadas. Uma proposta a ser mais bem discutida é que a etapa quantitativa represente cerca de 20%-30% da pontuação final, ficando a maior parte para as duas outras etapas – auto-avaliação e qualitativa.

Apresentamos a seguir os quesitos que constam da proposta atual de avaliação da CAPES, alterando seu conteúdo. Essa alteração se dá no sentido de valorizar e pontuar a “Proposta do Programa” uma vez que essa narrativa qualitativa poderá expressar as etapas alcançadas em cada critério proposto e ainda os desafios futuros.

O conteúdo dos quesitos Corpo Docente, Corpo Discente, Produção Intelectual e Inserção e Impacto Social foram alterados com base na ideia norteadora de valorizar outras atividades e produtos, além da quantidade de artigos publicados e sua qualificação por meio do Qualis, considerados essenciais para a formação de pesquisadores no contexto brasileiro.

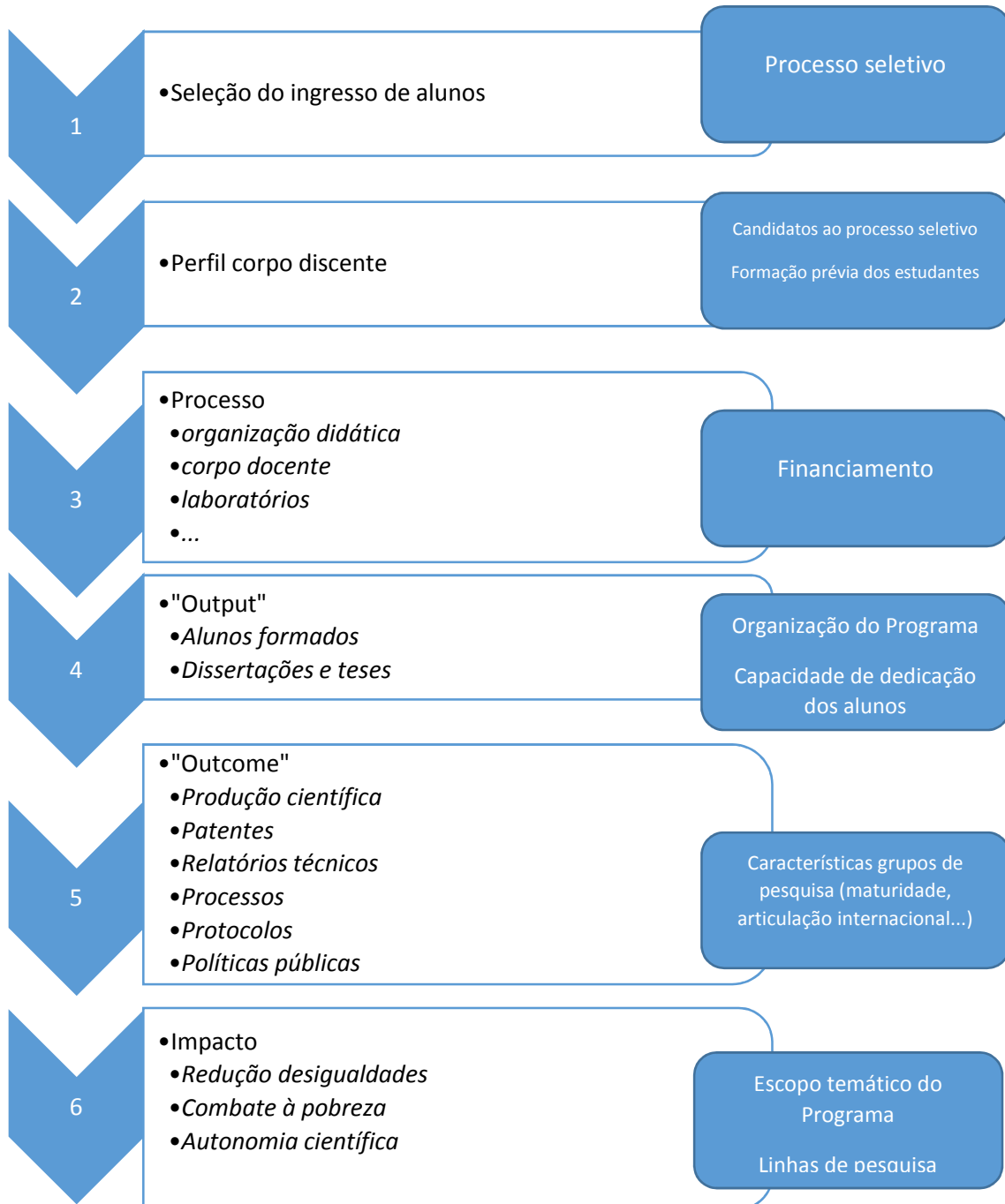
Em relação aos indicadores empregados na avaliação dos Programas (etapa quantitativa), é relevante destacar que a discussão sobre a construção de indicadores encontra amplo desenvolvimento na literatura especializada, que procura sobretudo formular as melhores maneiras de que determinado conjunto de indicadores tenha a capacidade de medir determinado evento, fenômeno ou política. Na verdade, trata-se de procurar sintonizar o indicador, que é necessariamente um proxy, uma representação, uma simplificação, com o que se pretende medir, avaliar, comparar – processo usualmente complexo, multifacetado.

Uma das abordagens nessa discussão é de que muitas vezes sistemas de indicadores mesclam diferentes dimensões da ocorrência do fenômeno, o que oculta a própria relação entre eles, ou certa hierarquia que guardam entre si. Um exemplo dessa formulação é o sistema de indicadores formulado pela OCDE nos anos 1990 (sistema PER- pressão, estado, resposta), que foi posteriormente transposto para a área de saúde, com o modelo FPEEEEA – Força Motriz-Pressão-Estado-Exposição-Efeito-Ação⁹.

O diagrama a seguir, um exercício intelectual a ser aprimorado, procura identificar “fases” em um Programa de Pós-graduação e como indicadores se inter-relacionariam, bem como sua possível sensibilidade a fatores exógenos, sobre os quais o Programa teria baixa capacidade de influência.

⁹ Corvalán CF, Kjellström T, Smith KR. Health, Environment and Sustainable Development. Identifying Links and Indicators to Promote Action. *Epidemiology Resources Inc.* 1999; 10(5):656-660.

**Fatores endógenos e exógenos
intervenientes**



Apresentamos a seguir um esboço de propostas para a etapa de auto-avaliação e para a etapa quantitativa. Nesta última, constam os quesitos que constam da proposta atual de avaliação da CAPES, com alteração de seu conteúdo. Essa alteração se dá no sentido de valorizar e pontuar a “Proposta do Progamma” uma vez que essa narrativa qualitativa poderá expressar as etapas alcançadas em cada critério proposto e ainda os desafios futuros.

O conteúdo dos quesitos Corpo Docente, Corpo Discente, Produção Intelectual e Inserção e Impacto Social foram alterados com base na ideia norteadora de valorizar outras atividades e produtos, além da quantidade de artigos publicados e sua qualificação por meio do Qualis, considerados essenciais para a formação de pesquisadores no contexto brasileiro.

AUTO-AVALIAÇÃO

Sugerida como uma etapa qualitativa com pontuação específica.

Alguns Critérios:

A – Planejamento e desenvolvimento futuro

Contemplar os propósitos dos Programas para aperfeiçoar a formação de seus alunos; os desafios internacionais da área na produção do conhecimento; suas metas quanto à inserção e impacto social dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.

- Examinar o planejamento do Programa em relação ao seu desenvolvimento futuro, considerando:

- as perspectivas de qualificação do corpo docente;
- as perspectivas de aperfeiçoamento da formação de seus alunos;
- os desafios relacionados a sua internacionalização;
- propostas e metas de inserção e impacto social;
- qualificação da produção científica;
- qualificação das atividades de pesquisa.

B – Valorizar a indução do Programa a experiências de formação fora do âmbito do stricto sensu; na organização de atividades de Divulgação e Comunicação Científica e outras atividades (por exemplo, participação na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, e de atividades para a comunidade) que não sejam avaliadas apenas por meio do somatório de iniciativas individuais de docentes e discentes.

C – Examinar a avaliação, do egresso, sobre o Programa

D – Examinar o relato das atividades do Programa relativas à inserção e impacto social como: condições de acessibilidade; atividades de parcerias com órgãos governamentais, sociedades científicas e profissionais e sociedade civil (ONG, movimentos sociais); atividades de pesquisa de relevância e impacto social e outras.

ETAPA QUANTITATIVA

Constituída pelos seguintes tópicos: Proposta do Programa; Corpo Docente; Corpo Discente; Produção Intelectual; Inserção e Impacto Social.

Proposta do Programa

Propõe-se que esse item seja avaliado de forma qualitativa com pontuação específica.

Critérios

1- Trajetória e Missão

- Considerar o tempo de existência do Programa (distinguir Programas mais antigos/estruturados e novos);

- Examinar a missão do Programa – sua intencionalidade e compromissos – no contexto mais geral da instituição e campo de atuação, levando em consideração sua localização e seu entorno.
- Examinar a consistência e qualidade das atividades de cooperação interprogramas e interinstitucionais (devem ter peso diferenciado para os Programas mais antigos/estruturados e novos, para que estes não sejam penalizados).

2- Coerência, Consistência, Indução do Programa

Esse tópico é a oportunidade do Programa valorizar seus principais aspectos entre estas várias possibilidades já que nem todos os são adequados ao perfil do Programa. Não sugerimos que haja "desvalorização" pela ausência de atuação forte em alguns itens. Contudo, o descaso do Programa pela maioria destes itens, pode sim indicar uma deficiência.

- Examinar a coerência e consistência do Programa em relação à missão da instituição onde está inserido, às definições e descrições de seus objetivos, área(s) de concentração, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa, projeto formativo (estrutura curricular) e inserção e impacto social.
- Examinar as ementas das disciplinas observando *(há preocupação em supervalorizar disciplinas o que pode estimular uma superoferta em detrimento de propostas mais ativas de educação)*
 - adequação de conteúdos à estrutura curricular e áreas do Programa
 - atualização de conteúdos (temas inovadores e contemporâneos)
 - inserção de conteúdos que aprofundem o debate crítico e propositivo para a superação de desigualdades e vulnerabilidades
 - oferta de disciplinas comuns entre Programas (estratégias de integração)
 - produção de ferramentas de gestão educacional
 - inovação de metodologias de ensino (ex: aprendizagem baseada em problemas), que não deve ser disciplinar e necessita abordagem mais integrada
 - oferta de disciplinas *on line* e EAD (ex: aulas de conteúdo aberto (aulas abertas) que contribuam para a comunicação científica e que possam ser acessadas online, por exemplo, no Campus Virtual); uso de metodologias ativas
 - participação de docentes internacionais (presencial ou webinar, entre outros)
- Examinar a atividade científica do Programa observando se apresenta perspectiva abrangente, interdisciplinar e multiprofissional, possibilitando o entendimento dos diversos aspectos biológicos, clínicos, comportamentais, sociais e ambientais relacionados ao processo de adoecimento e às estratégias para o seu enfrentamento
- Identificar projetos de pesquisa inovadores vinculados ao Programa;

- Identificar a existência de redes de pesquisa e projetos de pesquisa (há docentes que consideram importante avaliar a pesquisa separadamente);
- Reconhecer a contribuição do Programa para aperfeiçoamento o desenvolvimento de políticas públicas;
- Reconhecer a contribuição do Programa no aperfeiçoamento do manejo de pacientes nas enfermidades sobre as quais pesquisa (quando for adequado ao perfil do Programa);
- Reconhecer iniciativas do Programa para inserir docentes e discentes em redes de colaboração científica nacionais e internacionais;
- Reconhecer iniciativas do Programa para inserir docentes e discentes em atividades de divulgação científica de projetos de pesquisa e seus resultados junto a comunidades, escolas, serviços e outros;
- Reconhecer iniciativas do Programa para induzir ações de cooperação entre Programas (na mesma ou com outras instituições), entre docentes com outros docentes, serviços e comunidades por meio de Editais e outros métodos de indução;
- Reconhecer iniciativas do Programa para inclusão de grupos populacionais sub-representados no ensino pós-graduado;
- Reconhecer o engajamento do corpo docente em experiências de formação fora do âmbito do stricto sensu (iniciação científica, vocação científica, residência, cursos lato sensu, graduação, ensino médio, cursos voltados para movimentos sociais e profissionais da rede pública; e cursos diferenciados no stricto sensu como de curta duração, internacionais, em cooperação (aulas, orientação monografias);
- Reconhecer prêmios e destaques recebidos pelo Programa, corpo docente e discente
- Reconhecer a capacidade do Programa de atrair alunos de outros programas nacionais e internacionais;
- Reconhecer a capacidade do programa em desenvolver inovação tecnológica ou produtos inovadores;
- Capacidade de formação descentralizada (quantos alunos forma por ano e de onde são esses alunos – regiões, localidades. Deve ser adaptado à missão do Programa

3 - Infraestrutura

- Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.

Examinar a existência, a adequação e a suficiência de: Laboratórios para a realização das pesquisas de dissertações e teses; Biblioteca que permita o acesso rápido e amplo acesso às informações, com ênfase em periódicos internacionais da área de atuação da PG; Recursos de informática para alunos e docentes; Instalações físicas para docentes e discentes realizarem suas atividades de pesquisa e orientação; Existência de plataformas tecnológicas multiusuários; Coleções científicas; Laboratórios de referência nacional; Recursos próprios para assegurar as atividades docentes e de orientação.

CORPO DOCENTE¹⁰	
Critérios	Indicadores
Estabilidade do corpo docente durante o quadriênio	Percentual de docentes que permaneceram no Programa no quadriênio, excetuando jovens doutores (menos de 5 anos de titulação)
Renovação do corpo docente durante o quadriênio	Percentual de jovens doutores e diferentes perfis de pesquisadores incorporados (Perfil científico; Perfil de divulgador de ciência; Perfil de pedagogo) ao corpo docente do Programa no quadriênio, em que pese a dependência de concursos nas instituições públicas <i>vis a vis</i> privadas
Dedicação do corpo docente à orientação de discentes	Percentual de docentes que orientou pelo menos dois no quadriênio
Dedicação do corpo docente às atividades de pesquisa	Percentual de docentes com projeto de pesquisa em andamento no quadriênio (descrição do projeto; recursos obtidos; rede de colaboração intra e/ou interinstitucional, e outros)
Dedicação do corpo docente às atividades de ensino	Percentual de docentes que ofereceram pelo menos uma disciplina anual no quadriênio
Engajamento do corpo docente na organização de atividades científicas como Sessões científicas, Oficinas, Congressos, Encontros, Seminários e outros	Percentual de docentes que participaram na organização de Congressos, Oficinas, Encontros, Seminários
Aperfeiçoamento profissional	Percentual de docentes que participaram de algum curso de formação (cursos teóricos, aperfeiçoamento metodológico, estágio pós-doutoral)
Participação de docentes no corpo editorial de periódicos nacionais e internacionais, em grupos de trabalho na instituição do PPG, comitês técnicos nacionais e internacionais	Percentual de docentes que participam do corpo editorial de periódicos nacionais e internacionais e participação em comitês/grupos técnicos nacionais e internacionais
Participação de docentes em redes de pesquisa	Percentual de docentes com participação em redes de pesquisa nacionais e internacionais

¹⁰Visando a valorização do equilíbrio entre a participação de professores; visando a perspectiva de produção de um coletivo solidário e cooperativo, propõe-se a extinção das categorias permanente e colaborador. Para o cálculo dos indicadores de produção propõe-se também a retirada dos jovens doutores.

CORPO DISCENTE	
Critérios	Indicadores
Alunos titulados	Percentual de alunos titulados entre os alunos matriculados no quadriênio
Engajamento do corpo discente em experiências de formação de novos quadros para a pesquisa (bolsistas de iniciação científica, especializandos, residentes, profissionais de saúde, cursos lato sensu presencial e EAD; doutorandos na formação de mestrandos; estágio em docência; alunos como tutores na formação técnica)	Percentual de discentes que participaram da orientação de bolsistas de iniciação científica, especializandos, residentes, profissionais de saúde, cursos lato sensu presencial e EAD; doutorandos na formação de mestrandos; alunos como tutores na formação técnica
Engajamento do corpo discente na organização de atividades de Divulgação Científica como blogs, oficinas, encontros, seminários e em atividades voltadas para o território e comunidades	Percentual de discentes que participaram da organização de eventos científicos/ acadêmicos, de atividades de divulgação e de educação científica junto à sociedade
Capacidade, do corpo discente, de comunicação com a comunidade científica	Percentual de discentes que realizaram apresentações em Congressos, colóquios, seminários
Aperfeiçoamento discente com intercâmbio internacional	Percentual de discentes em estágios internacionais de curta ou longa duração
Acompanhamento de egressos	Percentual de egressos em atividades relacionadas a ensino, pesquisa (público e privado), consultoria e gestão pública

PRODUÇÃO INTELECTUAL	
Critérios	Indicadores
Publicações qualificadas dos docentes do Programa (ver Qualis revisada abaixo)	Produção bibliográfica per capita dos docentes do Programa
Publicações qualificadas dos discentes do Programa	Produção bibliográfica per capita dos discentes do Programa
Publicações qualificadas dos docentes com discentes, de acordo com especificidades da área, e publicações qualificadas dos egressos	- Percentual de publicações dos docentes junto com discentes entre todas as publicações do docente, de acordo com especificidades da área - Percentual de egressos que disseminaram sua pesquisa por meio de publicação científica e de meios de popularização da ciência - Percentual de egressos que disseminaram sua pesquisa por meio de outras formas de divulgação
Qualidade da produção intelectual quanto à relevância e impacto	Narrativa contendo um X de publicações e justificativa de sua seleção pela Coordenação do Programa. Serão incluídas separadamente a produção de docentes e de discentes de maior impacto acadêmico, considerando os objetivos de inovação (envolve ousadia e originalidade), intervenção, e de inserção e impacto social (observar indicação da Academia Brasileira de Ciências) Selecionar para docentes e discentes um X de publicações de Periódicos; Livros/capítulos; Produção técnica. Estabelecer critérios objetivos, tais como: abrangência; complexidade e esforço intelectual; originalidade; aplicabilidade social e econômica; relevância; impacto; perspectiva translacional, buscando assegurar a geração de novos conhecimentos assim como processos e produtos em apoio ao Sistema Único de Saúde.

INSERÇÃO e IMPACTO SOCIAL	
Critérios	Indicadores
Capacidade de formação descentralizada (quantos alunos forma por ano e de onde são esses alunos – regiões/localidades)	Percentual de egressos oriundos de outros estados – regiões (adaptar a cada missão – se impacto regional ou nacional do programa)
Colaboração do Programa com outros Programas do país e de países em desenvolvimento	Total de colaborações com Programas com nota inferior/regiões que necessitam de investimento e com outros países em desenvolvimento
Colaboração do Programa com Cursos de Graduação, Escolas Técnicas de Saúde (nacionais e internacionais)	Total de colaborações do Programa com Universidades e Escolas Técnicas de Saúde
Iniciativas do Programa (complementando iniciativas isoladas dos docentes) para produções e projetos em parceria docente-discente; docente-serviços; discente-serviços	Percentual da totalidade da produção realizada pelo programa (projetos-cursos-artigos) que tenham a parceria docentes e discentes; docente e serviços; discentes-serviços
Diversidade do corpo docente	Percentual de docentes de populações minoritárias (negros, população LGBT, mulheres, docentes oriundos de famílias cujos pais não completaram ensino universitário)
Diversidade do corpo discente	Percentual de discentes de populações minoritárias (negros, população LGBT, mulheres, docentes oriundos de famílias cujos pais não completaram ensino universitário) (consultar portaria da CAPES normativa n. 13 de 11/05/2016) Percentual de bolsas alocadas a populações minoritárias
Iniciativas do Programa ((complementando iniciativas isoladas dos docentes) no sentido de incentivar a translação de conhecimento	Editais e outros tipos de incentivo
Impacto das atividades e produtos do PPG na formulação ou redefinição de políticas públicas, normas, regulações, projetos de lei, pareceres técnicos	Por amostra ou por indicação do Programa de um N

Qualis

Considerar para qualificação a pontuação do Qualis revisada a partir de algumas propostas para cada Qualis – periódico, livro e produção técnica

Qualis periódico:

Estabelecer lista única para Qualis periódico - cada periódico seria classificado apenas pela área ou áreas do seu escopo, com regras comuns para todos (por exemplo, a mediana dos fatores de impacto de medicina tropical fica como B1 para cada área, e não colocar tudo como Medicina I, Medicina II, que mistura áreas dentro da medicina com uma variação de fator de impacto muito grande entre as áreas).

NOVA: O qualis deve ser determinado pela avaliação do quadriênio anterior, valendo para todo o quadriênio, ao invés de ser divulgado ao final do quadriênio, quando nada mais pode ser feito para alcançar o qualis A. Não considerar, para avaliação, o fator de impacto das revistas relativo ao último ano do quadriênio e sim uma média desse fator de impacto no quadriênio ou o fator de impacto nos últimos 5 anos (5-Year Impact Factor).

Garantir a presença de periódicos nacionais nos estratos A1 e A2;

Incluir livro didático como produção relevante para a difusão do conhecimento científico;

Valorizar a produção feita, de forma colaborativa, entre docentes de distintos programas ou entre docentes de diferentes áreas de conhecimento (exercícios multi ou interdisciplinares)

Qualis livro:

Rever e diminuir lista de informações mínimas sobre a obra que serão objeto de análise para avaliação e garantir entrada na Plataforma (incluir: resumo da obra, apresentação, link editora, conselho editorial, parecer, etc)

Classificação primeira pelos Programas por extrato e revisão pela Comissão;

Depósito digital na Plataforma das páginas iniciais de cada livro de modo a verificar ficha catalográfica, editoria, estrutura do livro – não a produção por inteiro;

Qualis produção técnica:

Definição de 4 eixos principais para análise da produção (Proposta: Eixo 1 – Produção de material bibliográfico com foco técnico instrucional; Eixo 2 – Produtos técnicos de natureza instrumental (inclui os passíveis de proteção); Eixo 3 – Disseminação do conhecimento; Eixo 4 – Serviços técnicos especializados)

OBSERVAÇÃO: Participação docente e discente no desenvolvimento/elaboração de pareceres técnicos, protocolos de diagnóstico, prevenção, tratamento, modelos de atenção à saúde, estudos econômicos em saúde, etc que subsidiem a tomada de decisão no SUS

Rever lista de informações mínimas que serão objeto de análise para avaliação e garantir entrada na Plataforma;

Primeira classificação pelos Programas por extrato e revisão pela Comissão;

Depósito digital na Plataforma das páginas iniciais de cada produção de modo a verificar ficha catalográfica, editoria, estrutura do livro – não a produção por inteiro;

Escapar das regras impostas pela bibliometria clássica, adotando outros critérios para análise da produção acadêmica, tais como: métricas alternativas – altmetrics; Redes sociais acadêmicas (Researchgate, Linkedin); Google acadêmico; utilizar, como referência, os periódicos de acesso aberto.

Sugestão de indicadores para acompanhamento interno dos Programas

(esses indicadores estão incluídos na avaliação CAPES atual)

- Razão entre docentes/alunos titulados por ano
- Distribuição de orientações por docente
- Tempo mediano de titulação
- Acompanhamento do egresso (atuação profissional, inserção)
- Acompanhamento do egresso na realização de novos cursos e formação complementar (especialização, mestrado, doutorado)
- Avaliar a capacidade de articulação entre programas na oferta de disciplinas conjuntas e orientação
- Avaliar a capacidade de atrair alunos de outros programas sob a forma de inscrição nas disciplinas ofertadas
- Participação de docentes na captação de recursos para pesquisa
- Participação em congressos/seminários nacional e internacional
- Docentes com bolsas de produtividade em pesquisa (CNPq, Fundações de Amparo a Pesquisa)
- Qualidade de teses e dissertações

Sugestão

Um aspecto importante na implementação desta mudança seria a revisão do mecanismo de repasse de recursos da Capes para os Programas. Atualmente existem duas formas de repasse de recursos, o PROAP e o PROEX, sendo o último de fácil manejo na execução, o que é uma enorme vantagem para os Programas nota 6 e 7. Entende-se que seria desejável adotar um único mecanismo de repasse dos recursos no modelo PROEX o que também resolveria as dificuldades hoje constantes na execução de Programas com notas 3 a 5. Creio que uma sugestão sobre repasse de recursos não é o objetivo do documento. Isto poderia ir para um tópico mais ao final de sugestões correlatas. Creio que devemos concentrar na avaliação da qualidade relacionada às propostas educacionais.